



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 31 DE MAIO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, com a presença do Vereador relator da LDO – Ricardo Nunes e da Vereadora Soninha Francine, declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública do ano de 2017.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br *link* auditórios online.

A realização desta audiência foi divulgada no *Diário Oficial* da cidade de São Paulo, a partir de 16.05.2017, e duas publicações em jornais de grande circulação: *O Estado de S. Paulo*, dia 24.05.2017 e *Folha de S. Paulo*, dia 16.05.2017.

Esta audiência foi convocada para alterar o disposto no art. 9º - inciso IV da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro do ano seguinte, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Foram convidadas as seguintes autoridades: Sr. Caio Megale, que se faz presente, convido para compor a Mesa; Sr. Paulo Antônio Spencer Uebel, Secretário Municipal de Gestão, representado pelo Sr. Ricardo Luís Mellão, assessor especial, a quem também convido à Mesa; Roberto Braguim, Presidente do Tribunal de Contas do Município, representado pelo Sr. Marcos Chust, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle, também convidado a participar Mesa.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, o Braguim não veio?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mais uma vez se faz ausente e sempre o nosso querido Sr. Marcos Chust está representando. É um fenômeno, quem sabe um dia quebre esse tabu, Vereador.

Anuncio a presença do Vereador Toninho Paiva, o bonitão! (Risos) É uma honra tê-lo conosco.

Vereador Ricardo Nunes, vamos fazer um apelo, sabe que não conheço o Sr.

Roberto Braga pessoalmente. Estou no quinto ano nesta Casa, mas talvez não tenha me esforçado em conhecê-lo, nunca o vi pessoalmente. Lá eu só conheço o João Antonio.

O SR. RICARDO NUNES – E o senhor está na Comissão de Finanças há cinco anos... Se fosse da Saúde, da Educação então...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu posso ter cometido um erro, devia ter feito a ele uma visita. Também errei nesse aspecto, mas, enfim, façamos um apelo, que ele nos honre com a sua presença.

Proporia que imediatamente ouvíssemos a explanação do Secretário Caio Megale, e me permito abrir as inscrições. Pode ser assim o encaminhamento, direto ao assunto?
(Pausa) Então, tudo bem. (Pausa)

Tem a palavra o Secretário Caio Megale.

O SR. CAIO MEGALE – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite, Vereadores Jair Tatto, Ricardo Nunes, Vereadora Soninha, todos os membros da Comissão de Finanças.

Esta é aquela apresentação regular, quadrimestral da evolução da execução fiscal do Município, em cumprimento ao que requer a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa é minha segunda apresentação desse tipo, já fiz do quarto quadrimestre do ano passado, ainda relativa à gestão anterior, logo no início do ano. Agora venho trazendo dados desta Gestão orçamentária, do primeiro quadrimestre de 2017.

Vou fazer uma apresentação relativamente rápida, com os principais números e depois estou à disposição pra perguntas e debates. Vamos começar pelas receitas, depois falo das despesas, dos resultados, do encontro de despesas com receitas, do resultado primário, das dívidas e dos limites.

Começando pelas receitas, este quadro mostra as receitas quadrimestrais, sempre relativas ao primeiro quadrimestre de cada ano. O primeiro quadrimestre de 2017, as receitas correntes somaram 18,083 bilhões de reais. É um crescimento de 3,7% frente ao ano de 2016.

É importante observar as taxas de crescimento da receita corrente. Até 2015, o

País vivia um período ainda de crescimento. Na verdade, já estava em recessão, mas como o setor de serviços, que é o principal arrecadador da Prefeitura, o ISS, demora a entrar em crise, a indústria entra em crise em 2014, o setor de serviços só entra em crise no final de 2015, que ainda foi um bom ano de arrecadação, com taxa de crescimento de 12%. Mas aí, em 2016, refletindo a crise, cresceu 1,7%; e este ano está um pouquinho melhor, 3,7%, mas ainda não suficiente para superar a inflação. Estamos com a receita corrente com baixo crescimento, sob uma base já baixa do ano de 2016. Fazendo as deduções das receitas correntes, temos números um pouquinho diferentes, mas relativamente parecidos, chegando a um total, com as deduções, de 17,5 bilhões de receitas.

Ali observamos os gráficos, a evolução do gráfico, e o grosso das receitas são as receitas correntes, as chamadas receitas de capital, muito influenciadas pelas transferências especialmente do Governo Federal, que vem crescendo muito pouco, está praticamente estável. Se olharmos o crescimento do primeiro trimestre, houve uma queda de 20%, mas o volume é pequeno. O importante, o grosso das receitas são as receitas correntes, de novo crescendo entre 3,7% e 4%, isso dependendo das deduções.

Abrindo um pouco mais as receitas correntes, estão as receitas tributárias que tiveram um crescimento de 8,4%. Vou mostrar mais a frente que os municípios em geral se beneficiam bastante pelo fato de tributarem a propriedade, o IPTU.

O IPTU é um imposto muito mais estável do que os demais, não é muito sensível ao ciclo econômico, normalmente avança com a inflação e mais alguma correção. Então receitas tributárias, 8,4%.

As receitas de contribuição são bem menores, 5,5%, ainda mostram um crescimento, mas um crescimento menor. A receita patrimonial em queda, mas o volume é relativamente baixo, são receitas de serviços, receitas de transferências, que também estão em queda.

Chamo a atenção para as receitas de transferência. Se vocês olharem a coluna de

2017, para os valores nominais percebem que esse valor é importante, são seis bilhões no quadrimestre.

A receita de transferência, ela é importante porque abarca as contrapartes de ICMS e IPVA, que vem do Governo do Estado. E essa linha mostra uma queda de 2,5, nominal. Ou seja, Se incorporar a inflação a queda é perto de 6 ou 7%, fundamentalmente por causa do ICMS que está com uma performance bastante ruim. O IPVA é mais ou menos estável, mas o ICMS está com uma performance mais fraca.

Agora abrindo então por impostos, claramente a diferença entre IPTU e ISS. O IPTU crescendo 11%, aquela base mais estável. E o ISS, por outro lado, crescendo só em linha com a inflação depois de já ter crescido pouco, em 2016. É clara a desaceleração do crescimento do ICMS. O ITBI está com uma boa performance, mas em cima de uma base muito baixa. O ITBI caiu 30%, no ano passado. Então crescer 10% em cima de uma base deprimida não alivia muito.

Mais embaixo percebemos as transferências, o Fundo de Participação do Município está ok, está bem, mas não é um valor significativo, 93 milhões apenas, crescimento de 12%, mas quando olhamos para ICMS e IPVA, aí a situação fica um pouco mais complicada. O ICMS caindo 6.4% o repasse, o quadrimestre contra o quadrimestre do ano passado e o IPVA caindo 2.

Tributos municipais, IPTU bem, e ISS em linha com a inflação refletindo a crise. ICMS e IPVA bastante fracos. No equilíbrio chegamos a um crescimento de 4.3, exatamente igual ao crescimento do ano passado. Ou seja, um crescimento de receitas que mal dá para cobrir a variação da inflação deste período.

Mas, chamo a atenção, pelo menos as receitas tributárias do Município, ou seja, aquelas que a Fazenda Municipal tem mais controle e mais influência, estão com uma performance relativamente estáveis.

Esse quadro é simplesmente para mostrar a comparação com receitas do

Município, de estados e do Governo Federal, só pegar a última linha ali, 7.8, ISS mais IPTU e ITBI, contra 3.4 do Governo Estadual e 4.8 do Governo Federal, ou seja, temos uma performance tributária um pouco melhor do que de outros entes da Federação. E aí é fundamentalmente por conta da estabilidade do IPTU.

Receitas de capital, aqui a situação é mais complicada, embora os volumes não sejam grandes. Vou direto para a última linha, a receita de capitais estão caindo 20%. Deram 386 milhões, em 2016, caiu para 304 milhões no início deste ano. O destaque principal são as outras receitas de capital, transferências de capital. E aí fundamentalmente são os repasses do Governo Federal, PAC, entre outras coisas, todos nós sabemos, o país continua enfrentando uma crise financeira bastante aguda, uma recessão econômica complicada. E isso afeta a capacidade fiscal do outros entes da Federação, e por tabela, afeta a capacidade fiscal das transferências para o Município.

Muito bem, falei de receitas, vamos falar das despesas agora. Despesas correntes, tivemos um crescimento de 6.6%, acima do que cresceram as receitas correntes. E aí a abertura dessas despesas correntes é importante comentar. Tem um pedaço das despesas correntes que têm um crescimento quase que inercial.

E chamaria a atenção para duas linhas em particular: Previdência, o aporte do Tesouro ao Instituto de Previdência continua crescendo em um ritmo bastante acelerado - isso já vem acontecendo nos últimos 4, 5 anos. Há 4 anos, o aporte do Tesouro ao Instituto de Previdência era da ordem de 1,5 bi e já estamos acima de 4 bi. Então, a aceleração foi bastante rápida. No ano passado, fechou em três e setecentos. Neste ano, em janelas de 12, o ano deve fechar em quatro e trezentos, quatro e quatrocentos. Então, em janela de 12 meses, ele já está superando quase 4 bi.

Em compensação, as despesas de capital estão com um ajuste mais forte, de quase 22%, perfazendo um total geral de 4.3, que aí, sim, é exatamente em linha com as despesas. Ou seja, estamos como uma execução orçamentária, do lado das despesas, em linha com a execução orçamentária das receitas. Ou seja, estamos mantendo o equilíbrio

orçamentário, mas ainda com algumas linhas das despesas correntes crescendo muito forte. Eu falei que ia mencionar duas, mencionei uma, que é o Instituto de Previdência. A outra são os convênios, os contratos de aluguéis, de creches, convênios da Saúde, convênios da Assistência Social. São todos convênios importantes que perfazem uma fatia relativamente grande do Orçamento; andam, normalmente, junto com a inflação. E, ao longo do segundo semestre do ano passado, enquanto a inflação estava em 10%, foram reajustados em linha com a inflação. Então, essas linhas todas de despesa entraram, este ano, crescendo cerca de 10 a 15%, frente ao primeiro quadrimestre do ano passado, por conta do reajuste que ocorreu ao longo do ano passado. E essas despesas são bastante rígidas.

Então, essas linhas de convênios e a questão da Previdência estão crescendo bastante acima da inflação; outras despesas correntes e as despesas de capital crescendo abaixo da inflação, de forma que conseguimos fazer uma gestão fiscal que manteve o Orçamento equilibrado neste primeiro quadrimestre.

Abrindo aqui um pouco dos números das despesas - e aqui vamos observar a questão da Previdência, que eu mencionei -: Pessoal, encargo crescendo 7.8. Essa é uma despesa absolutamente rígida. No Pessoal Ativo, ou seja, quem está na ativa ainda, 4.1, ou seja, em linha com a inflação, em linha com o crescimento das receitas. Então, a parte dos ativos está ok, mas na parte de inativos, que já perfaz um total que é mais da metade, na verdade, dos ativos, crescendo 15%. Está aqui uma compressão orçamentária, com a qual não temos muita margem de manobra. Aliás, nenhuma margem de manobra no curto prazo. Juros, encargos da dívida cresceram 22%, mas aí é uma questão é mais estatística que problemática. Essa é uma linha importante. Os encargos da dívida rolavam em torno de 1,9 bi em 2004. Com a renegociação de dívida, com o perdão da dívida que houve entre 2015 para 2016, isso caiu bastante no ano passado, e esse ano está subindo um pouco, mas em cima de uma base bastante baixa, está bem controlada, frente ao que se gastava em 2014 e 2015, é mais baixo. E as outras despesas correntes ali crescendo em torno de 4,5.

Então em linhas gerais a minha avaliação da despesa é essa: as despesas estão bastante bem controladas, bem em linha com a receita. Temos algumas linhas que são importantes que crescem mais, mencionei aqui especialmente a Previdência, em compensação conseguimos compensar, principalmente com despesas de capital e outras despesas correntes para que o equilíbrio fosse mantido.

Pode passar. Termos de Despesas Consolidadas, investimento já vem caindo há bastante tempo. Acho que esse é um quadro que aparece em praticamente todo o País, momento de recessão forte e restrição de receitas, despesas correntes de atividades que não podem ser interrompidas não são interrompidas, e a conta acaba ficando para o lado do investimento.

Amortização de dívida, este ano estamos com amortização de dívida também abaixo do passado, mas o que mais chama a atenção ali é aquele ajuste do lado do investimento, felizmente o Prefeito Joao Doria tem conseguido compensar grande parte dessa queda do investimento financiado pelo Tesouro com doações do setor privado, convênios com o setor privado que manteve – uma atividade que manteve – a capacidade de investimento, apesar da necessidade de ajuste na conta do Tesouro.

Restos a Pagar, consolidados; fechamento do ano passado; como é que evoluímos nesse primeiro quadrimestre. Sobraram de Restos a Pagar, em 2016: 1,7 bilhões, aquela coluna. Desses 1,7 bilhões foram pagos 1,1 bi, então acho que é uma questão importante também, pois quando falamos da evolução do caixa, aquele argumento: o ano virou com dinheiro em caixa e com compromissos a serem honrados, que foram honrados e foram cancelados 485 milhões.

Sobrou de saldo a pagar ainda 35 milhões, ou seja, em quatro meses nós praticamente equacionamos toda a questão no Restos a Pagar ou efetivamente pagando no que fazia sentido pagar, naqueles que eram Restos a Pagar empenhados que precisavam ser pagos, e aqueles que não foram, que não aconteceu a despesa, foram cancelados.

Muito bem, então, somando agora Receitas e Despesas, chegamos nos Resultados, na Dívida e nos Limites.

Começando com o Resultado Orçamentário Consolidado. Nós tivemos, foi um orçamento corrente de 49,7 bilhões 2017, com quatro e oitocentos de Receita de Capital, chegamos num total 54,6, esse é o Orçamento aprovado. O que foi realizado entre janeiro e

abril foram 17 bi de Receitas e 13 bi de Despesas Consolidadas, perfazendo um Resultado, no período, de 3,6 bilhões.

O resultado primário, considero as receitas primárias, não considero as despesas primárias, eu chego num resultado primário. O resultado orçamentário foi três e alguma coisa. Volta para trás. É 3,6 de resultado do orçamento consolidado. Pode passar. O resultado primário, que não considera as despesas primárias, chegamos num resultado de 4,380 bilhões – 4,4 bilhões.

Esse resultado é levemente superior ao primeiro quadrimestre do ano passado, e um pouco abaixo do primeiro quadrimestre observado em 2015, 2014, quando a situação, principalmente do lado das receitas, era uma situação mais folgada.

Comparo com a meta da LDO em vigor, não com a meta da LDO, da nova, a meta ajustada, que ainda está em discussão. Ficamos com 4,3 bilhões contra 2,5 bilhões, essa diferença fundamentalmente é a perspectiva lá de trás, da utilização de receitas de orçamentos anteriores, especialmente de Operações Urbanas, que acabaram não acontecendo, mas estão programadas para acontecer ao longo do resto do ano. Então sazonalmente o primeiro quadrimestre é o quadrimestre mais forte, em termos de resultado primário, que é o quadrimestre onde o grosso das receitas é incorporado, especialmente o IPTU, o pagamento à vista do IPTU; e como as Operações Urbanas não foram ativadas ainda, e muitos dos investimentos, especialmente nesse primeiro ano de Governo, foram reavaliados, estão começando a serem retomados agora, a tendência é que esse resultado, essa gordura conquistada no primeiro quadrimestre seja acomodada ao longo do tempo, e convirja à meta estipulado para o ano, até dezembro.

Pode passar. O Resultado Nominal, ou seja, impacto para a dívida, o quanto isso afeta a dívida, o resultado nominal do primeiro quadrimestre ficou em 3 bilhões, o que significa uma queda da dívida total, da dívida líquida na mesma proporção. Como falei, ao longo do ano, é muito provável que esse *superávit* primário seja consumido, seja reduzido, e, dessa forma,

esse resultado nominal também vai cair e a dívida se recupera um pouco. Esse é um movimento sazonal normal do endividamento do Município, ele cai no começo do ano por causa da entrada do IPTU e, depois, vai subindo devargazinho e volta para um patamar razoável no final do ano.

Então em termos de variação da dívida a meta da LDO era até que a dívida subisse um pouco nesse primeiro quadrimestre e ela está caindo em 3 bilhões.

Pode passar. E a dívida fiscal líquida, a meta da LDO era 43 bilhões e estamos fechando o primeiro quadrimestre com 38,3 bilhões, uma situação de endividamento do Município melhor do que se projetou quando foi feita a LDO em 2016, há um ano.

Seguinte. Limites sobre a Receita Corrente Líquida, são múltiplos importantes aqui do Município. Temos o limite máximo de 60%, o limite prudencial de 57%, despesa com pessoal – estou olhando para a despesa com pessoal -, o Município está com alguma coisa perto de 39% de despesas com pessoal, ou seja, está bastante confortável frente aos limites máximos, aos limites prudenciais, embora uma parte da gestão do Município – chamaria atenção especialmente para a Saúde – tem uma parte bastante grande da execução que é feita por Organizações Sociais, ou seja, que não usam o funcionalismo do Município, em tese você poderia considerar o pessoal das OSs como pessoal do Município, mas não é, eles não são funcionários públicos, são regidos por uma lei diferente, mas, de qualquer forma, há um dispêndio de folha de pagamento que não está aqui porque são feitas via terceirizações.

Garantias de Valores, os limites definido por resolução do Senado: 22%, nós estamos com um total de garantia de zero, não estamos usando garantia do Tesouro, não temos operações de crédito em vigor; de novo, 16% de limite para operações de crédito.

Não estamos usando, é muito provável que contratemos operações de crédito daqui para a frente, ocupando um pedaço desse limite, mas sempre dentro do espaço prudencial. Especialmente porque – esse é o último slide – com a renegociação da dívida em 2016, aí a gestão fiscal prudente que foi feita tanto no ano passado como neste ano, estamos

mantendo um limite, uma trajetória de endividamento que está, eu diria, confortavelmente abaixo do limite de endividamento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então acho que em linhas gerais são resultados que mostram uma situação, um quadro difícil do ponto de vista entre receita e despesa, porque receitas crescem pouco e as despesas são muito pressionadas por um histórico recente de inflação elevada, em compensação a gestão fiscal tem sido feita de forma a equilibrar despesas e receitas onde é possível equilibrar. Estamos fazendo um esforço bastante grande nas linhas de despesa que crescem mais para que essas despesas não cresçam tanto, acho que tem bastante gordura, bastante espaço ali para conseguirmos fazer uma gestão mais eficiente. Estamos nessa direção, estamos fazendo um trabalho bastante firme. Tenho convicção que essas taxas de crescimento vão se reduzir, mas no curto prazo elas são muito influenciadas, elas têm uma inércia muito grande e pressionam o orçamento que está sendo compensado por uma execução bastante mais conservadora e preventiva nas outras despesas para que o equilíbrio se mantenha.

Acho que em linhas gerais eram os apontamentos que eu queria fazer sobre a execução fiscal do primeiro quadrimestre. Fico, então, à disposição para as perguntas e para os debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós tivemos a presença do Presidente Milton Leite. Não pude apresentá-lo para não interromper a explanação do Secretário.

Secretário, rapidamente, vamos para perguntas bem didáticas e objetivas. Quando o ICMS cai 6.4, IPVA menos 2%, o Estado arrecadou menos ou ele deixou de repassar aquilo que... Deixe fazer as perguntas e fazemos um ping-pong. O que nos cabe no município aumentou, um pouco mais, um pouco menos, ou acima da inflação, não importa. O IPVA também é recebido no mesmo período. É isso, do IPTU? O IPVA é fevereiro? Então, objetivamente, não veio o dinheiro ou caiu a capacidade de arrecadação do Estado? Nós

temos essa informação de lá?

O SR. CAIO MEGALE - Temos. A execução fiscal como um todo. O ICMS e o IPVA caíram no Estado.

A SRA. SONINHA FRANCINI – Mas ao longo do ano o comportamento deles também é que a entrada maior é no primeiro quadrimestre ou não? No caso do IPVA e ICMS.

O SR. CAIO MEGALE – ICMS não.

A SRA. SONINHA FRANCINI – ICMS não, mas IPVA.

O SR. CAIO MEGALE – IPVA sim. Então foi pior do que... Para o Estado. O repasse está o.k. Está feito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou pedir, inclusive, à nossa assessoria da Bancada que verifique essa evolução orçamentária do Estado. É muito estranho, Vereadores, muito estranha essa queda.

O SR. RICARDO NUNES - Sr. Presidente, posso fazer só um comentário? Ontem eu estava assistindo a sessão na Assembleia, inclusive presenciei um debate do seu irmão, Enio Tatto, e o engraçado, que me recuso a acreditar, mas foi o debate ontem do Líder do Governo, Deputado Barro Munhoz com outros Vereadores, principalmente com seu irmão, era para aprovar um projeto que tramita lá de aumento de alguns servidores, inclusive de auditores fiscais. O grande questionamento é que os auditores fiscais falavam que se tivesse o aumento, aumentaria a receita do ICMS em dois bilhões em um período X que eu não me recordo, mas está tendo um problema no Estado com relação à questão da crise, arrecadação, mas também pelo que assisti na TV Assembleia, no debate lá, por conta de uma situação política de salário dos auditores fiscais do Estado de São Paulo. Só para deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Vamos tentar trazer algumas informações mais precisas, que eu acho extremamente estranho, mas eu estou vendo com muita saúde financeira o Município.

(NÃO IDENTIFICADO) - Obrigado pelo elogio.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Isso. Eu não vou ser incoerente porque eu sempre disse que o nosso governo lá, o qual eu defendia muito, tinha muita responsabilidade com as finanças públicas. Nesse aspecto eu considero que continua isso, que é verdade.

Vocês estão tendo um cuidado necessário com as finanças publicas, até porque os tempos mudaram. Antigamente valia muita coisa. A partir da Lei de Responsabilidade Fiscal hoje aquele que não conter aquilo que está estabelecido, então hoje, as coisas estão mais rigorosas com questão a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora está entrando muito dinheiro e gastando muito pouco. É que nós não temos as contas abertas. Você abre uma parte, mas não tem condições de expor aqui. Por exemplo, quando vai nos gastos para a saúde, nós temos uma informação de que precisa 7,2% a menos está previsto investimento. Inclusive até está tendo uma audiência pública hoje, mas nós temos aqui como receitas e despesas geral do Município.

Para ser mais sucinto ainda, eu diria que está entrando bastante dinheiro e me chama atenção na capacidade de investimento que caiu 60%. É isso? Isso é o Hospital da Brasilândia, é o Hospital de Parelheiros, isso aqui são as obras da Habitação. Então esse é o dado real. Nós temos a situação de um governo que faz caixa com muita responsabilidade, com muito cuidado, e que faz caixa.

Então, eu queria fazer este destaque: menos 60% de investimento e um crescimento no primeiro quadro real de arrecadação. Obviamente tem o IPTU, que é só deixar sazonal, tem o ITBI avança no primeiro quadrimestre, mas nós temos aqui um crescimento total de 3,5 das receitas correntes.

O SR. SECRETÁRIO – Receitas correntes é isso, 3,5%, tirando as deduções, incluindo as receitas de capital.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – E investimento, menos 60%. Essa é a grande marca, eu acho, do primeiro quadrimestre deste Governo.

Eu conversei muito com o Vereador Ricardo Nunes, ele está comigo no 5º ano já,

nós precisamos tratar o orçamento da Cidade com 47,5 bilhões. O que aconteceu? No ano passado foi isso. Eu não tenho informação se de tudo que estava previsto do governo federal - que dava em torno de quase 8 bilhões – chegou-se a um bilhão. Não me consta.

O SR. SECRETÁRIO – Era perto de sete bilhões de orçamento e entrou um.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O que acontece?

Tem a seguinte prerrogativa, como são projetos elaborados, faz-se necessário constar, porque senão passaria também pelo crivo da Câmara. Então, uma correção histórica que não ficou com sete bilhões de endividamento, que é a previsão que a gente faz com a tal da fonte 02 e 08, é isso?

O SR. RICARDO NUNES – É.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – No orçamento entra isso. Quando eu aprendi um pouquinho, eu falei que precisávamos separar essa conta porque, de verdade, o pacto da mobilidade, aquela coisa toda, e aí não importa – o próprio governo da Dilma, não aconteceu, não aconteceu. Então na sexta eu não sei se algum dia teremos coragem de propor isso. Precisamos fazer dois orçamentos no Município São Paulo para acabar essa dúvida de uma vez por todas.

O quê pega para mim? Ficou 1,7 bilhão de contas a pagar do governo anterior.

O SR. RICARDO NUNES – Restos a pagar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Restos a pagar.

Vamos comparar que quando o funcionário trabalha em dezembro, recebe em janeiro. Você debita do Caixa em janeiro. É uma linguagem muito simples para não se perder nesse debate, que eu acho extremamente razoável um restos a pagar de 1,7 bilhão pelo tamanho do orçamento. O que aí tem muita competência, vocês conseguiram cancelar, vamos chamar de renegociar - cancelar significa calote – 480 milhões.

O que é esse cancelamento?

O SR. SECRETÁRIO – Os restos a pagar são divididos em restos a pagar em

processados e não processados. Os processados realmente aconteceram. E tem restos a pagar que o projeto não aconteceu, não foi...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Cancelou...

- Falas sobrepostas. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Virou 1.100.

Extremamente razoável. Acho tranquilo.

Quando o Prefeito Kassab saiu, também deixou uma coisa bem enxuta, bem responsável para o Prefeito Fernando Haddad.

O orçamento é isso, discutir como um todo e obviamente que aqui vamos trabalhar o geral. As contas abertas nós não vamos ter aqui. Eu vou até, hoje, na reunião ordinária e vamos propor uma audiência pública sobre o projeto do PPI, que também um instrumento de arrecadação extraordinário. O governo passado arrecadou dois bilhões, não é Vereador Ricardo Nunes?

O SR. RICARDO NUNES – 1,7. Depois tem uns 300, 400 milhões entrando por ano.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É, mas chega a dois bilhões o total geral. A expectativa deste Governo, pelo que me consta, que é um bilhão também. O que é razoável.

Então eu queria só questionar um pouco isso. Tenho o entendimento de que entrou, o Estado não chegou com dinheiro, não sei. Estranho que caia 6,4.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Caiu muito a venda de automóvel, Vereador. A entrada de novos veículos na frota diminuiu muito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu sei, mas os que estão precisam pagar. Não sei se agora ou depois, o Secretário vai responder a minha e a outras perguntas, a verdade é que o TCM sempre está aqui, mas a gente nunca exige nenhum pronunciamento dos

senhores. Então seria interessante a gente também ouvir o TCM sobre o que foi apresentado aqui.

Vocês preferem já, então, vamos aproveitar.

O SR. MARCOS CHUST – O Tribunal ele acompanha bimestralmente as metas tanto de resultado primário quanto nominal. A publicação saiu ontem, a gente ainda vai fazer uma análise mais definitiva, mas numa pré-análise o que deu para perceber foi o seguinte, no dia 28 de janeiro desse ano a Prefeitura publicou as chamadas metas bimestrais de arrecadação. Isso é uma exigência do artigo 13, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando a gente compara a receita arrecadada até o primeiro quadrimestre com o que foi proposto nessas metas bimestrais... O que são essas metas bimestrais? É um desdobramento bimestral do orçamento, do que se pretende arrecadar durante o ano. Quando a gente compara o que foi arrecadado no primeiro quadrimestre com o que estava previsto nesse documento, a arrecadação foi exatamente, posso dizer, igual ao que está previsto.

Então é assim: a coisa está indo bem? De uma certa forma sim. Porém, quando a gente olha mais detalhadamente esse demonstrativo das metas bimestrais, e aí vou entrar num gancho do que o Vereador falou, sobre as transferências de capital. A transferência de capital, de dois bilhões e 600 que estão previstos de arrecadação, mais de dois bilhões, dois e cem, estão previstos para o quinto e sexto bimestres. Acho que isso é uma preocupação porque nós fizemos uns gráficos dos anos anteriores e realmente essas arrecadações concentradas nos últimos bimestres nunca acontecem. Tanto que foi dito que sete bilhões, não tenho os números precisos aqui, foi arrecadado um. Então acho isso uma preocupação para a questão do resultado primário.

Outra preocupação um pouco menor seria com as outras receitas de capital. O principal integrante são os CEPACs, a venda de CEPACs das operações urbanas, também tem quase um bilhão previsto, também nos dois últimos bimestres. Tradicionalmente também não se arrecada isso. No ano passado acho que a arrecadação ficou em 16 milhões de reais.

Depois tem também uma preocupação do PPI, porque tem uma previsão de arrecadação de 1.9 bilhão de PPI e o projeto ainda está aqui na Câmara. Está dentro do grupo de outras receitas correntes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estou dizendo, quando você faz o plano, de imediato entra, vamos chamar assim, uma bolada maior. Então, talvez, quando eu falo um bi seria de imediato, assim que aprovado.

O SR. MARCOS CHUST – Acho que é assim, merece um pouco de cuidado a questão porque a gente já está quase entrando no segundo semestre e tem uma previsão relativamente alta de arrecadação de PPI. Isso também a gente acha que merece um pouco de cuidado da Prefeitura.

E aí uma outra questão que eu acho que não tem como discutir aqui, é a questão da revisão das metas, porque, claro, o Tribunal está acompanhando o resultado primário em relação à meta que está estabelecida hoje, porém há uma solicitação aí no Projeto de Lei 239, de redução da meta em 2.6 bilhões, bastante representativo, e há também uma previsão de aumento do resultado nominal, que é a variação da dívida fiscal líquida de 1,5 bilhão para 3 bilhões. Mais ou menos isso.

Demos uma analisada... Na verdade, ainda estamos fazendo o trabalho de análise da LDO, mas especificamente, quanto à revisão da meta, nós – nós, quando eu falo é a Auditoria – isso está com os Conselheiros, estão analisando, talvez vão até mandar para cá. Não sei se já não mandaram. E achamos que o pedido de revisão da meta está muito exagerado, porque ele alega que vamos usar um superávit financeiro da ordem de 2.4 bilhões, do ano passado, realtivo, principalmente, a operações urbanas e fundos municipais.

Tradicionalmente, fizemos um levantamento, aí, desde 2014, e não se consegue usar esses recursos que estão lá. Esses recursos efetivamente estão nas contas, notadamente nas operações urbanas, mas nunca se consegue gastar esses recursos. Então, causa um pouco, assim, de... Achamos que sustentar uma redução da meta de 2.6 bilhões com 2.4 bilhões, de um recurso que, tradicionalmente, não se consegue gastar, está um pouco exagerado. Isso está tudo documentado. Não foi um trabalho simples de fazer. A Câmara e a

Prefeitura devem estar recebendo esse material.

Sobre o resultado nominal, o que percebemos também é que não há qualquer explicação para o aumento da meta de resultado nominal, de 1,5 bilhão para 3 bilhões. Acho que essa explicação tem de vir também, porque o próprio demonstrativo publicado, ontem, mostra... Acho que é uma das primeiras vezes em que a dívida consolidada está estável. E acredito que ela deva estar estável, porque a correção monetária também é bem menor, e ela é muito influenciada pela atualização monetária, além de haver, também, o acúmulo das disponibilidades.

Então, achamos que o resultado nominal também tem de estar melhor explicado. E a explicação não tem a ver com o que o Manual de Demonstrativos Fiscais... Porque o Manual de Demonstrativos Fiscais exigiu que fosse retirado o fundo de reserva do cálculo dos haveres financeiros. Sim, mas essa retirada não afeta o resultado nominal, na medida em que ela é colocada nos dois períodos – ela é deduzida das duas bases.

Então é isso o que queríamos dizer. Da meta, como está, a conclusão é a seguinte: a arrecadação, nos dois quadrimestres está bem. Eles estão exatamente como foi proposto. Agora, realmente, há um certo problema com as transferências de capital, com as outras receitas de capital, e também o PPI vai merecer uma... para ver se realmente vai conseguir arrecadar um valor tão expressivo.

E é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcos.

Rubens Veiga, Liderança do PR.

O SR. RUBENS VEIGA - Bom dia a todos.

Ao cumprimentar o Vereador Jair Tatto, cumprimento os demais membros da Mesa.

Secretário Caio Megale, eu vi a sua explanação, e ela foi bem clara, mas do ponto de vista... Eu, como cidadão, apesar de funcionário da Casa, alguns dados me preocupam

O crescimento sazonal de alguns impostos é claro no primeiro quadrimestre. Agora, a minha primeira pergunta será a seguinte: se no primeiro quadrimestre a receita se manteve estável e cresceu, o que preocupa é que as despesas também estão crescendo, então, o Município conseguirá arrecadar o que está previsto na LDO? Na projeção que eu faço isso não será possível. E, não sendo possível isso, e tendo investimento na Cidade a fazer, o Município pretende recorrer ao Governo Federal ou a alguns órgãos internacionais para complementar os investimentos da cidade de São Paulo? Essa seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: no Brasil todo hoje se fala na reforma da Previdência. O Município vai esperar a reforma da União para implantar a do Município em virtude dessa da União e do Estado, ou o Município terá um claro planejamento municipal da cidade de São Paulo, sem esperar a União e o Estado? Porque, haja vista, pela explanação do senhor, os gastos com funcionários, pensionistas e aposentados estão crescendo. Se estão crescendo, o que vai ser?

A terceira pergunta é a seguinte: haja vista que a arrecadação do Município está se mantendo de uma posição estável, o Município como o próprio Tribunal de Contas prevê que, nos três últimos bimestres – em virtude que estamos na última escala de produção da indústria, comércio e serviços –, automaticamente em São Paulo, irá cair a arrecadação. O Município prevê qual é o percentual desse decréscimo de arrecadação?

Essas seriam as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Dezesete e meio vezes três, dá 52,5, desconta, vai crescer, viu Ricardo? Conta de português, à caneta. É isso, Soninha? Dezesete e meio vezes três, dá 52,5, mas considera que agora entra mais, então vai dar uns 49, vai crescer.

Caio, você prefere, ou vamos ver o Ricardo e a Soninha? Não tem muitas perguntas, junta tudo? Pode ser ou você prefere já responder?

O SR. _____ - Acho que prefiro fazer já alguns comentários.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá.

O SR. CAIO MEGALE - Começar aqui, fazendo algumas observações aos comentários do Vereador Jair Tatto. Vamos começar com a questão dos 7,5 bilhões da diferença. É só uma diferença orçamentária, não é um déficit, é uma diferença orçamentária, que em parte é explicada de fato pelas receitas de capital que tendem a frustrar, e já vou pegar um pedacinho do que o Marcos comentou. Tendem a frustrar, mas não temos muita certeza se vai frustrar, como é que projetamos isso ao longo do ano: jogamos lá na frente, mas não

gastamos por conta. E aí veio ótimo, não veio, estamos precavidos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas estão na dívida.

O SR. CAIO MEGALE - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – São da dívida que ficou?

O SR. CAIO MEGALE - Não, mas eu não disse que é dívida.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. CAIO MEGALE - Eu disse que é uma defasagem orçamentária. Só que tem uma outra parte que não está na parte de capital, está na parte corrente. E aí me refiro ao, tem três itens ali que são importantes. Primeiro é o subsídio do ônibus que o ano passado fechou em 2.9 – o ano passado fechou em 2.9 – e no Orçamento está 1.8; então você tem 1 bi ali de diferença, e aí não depende de repasse de capital, é 1 bi que, de fato, eu vou ter de encontrar no Orçamento para honrar essa diferença.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE - Mais. Na verdade, porque é 2.9 contra 1.8, então é 1.1 bi de diferença. Teve uma diferença no salário dos professores, foram R\$ 500 milhões no início do ano, que nós tivemos de fazer uma suplementação. E aí, enfim, tem outras diferenças. A Emurb, principalmente, apresenta uma conta, uma defasagem, já que vinha apresentando desde os anos anteriores que também não estão contemplados, então tem um pedaço desses 7 bi, que é receita de capital de fato, se não vier lá no final dos anos, nós não executamos e está equilibrado e do outro lado tem um esforço grande para encontrar essas pressões.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Esses 7 bi não são só projetos de investimentos? Tem receita de capital ali?

O SR. CAIO MEGALE – A receita de capital prevista para esse ano é de 4.800. Se entrar um bi, como entraram anos anteriores, a diferença ali está 3,5. Então eu diria que a metade capital, metade corrente.

Tem um gráfico aqui, eu coloquei gráficos adicionais aqui na apresentação, talvez

vale a pena mostrar.

Apenas ilustrar um pouco essa questão das receitas, a linha amarela é a receita do ano passado, evolução ao longo do ano. A linha azul é a receita desse ano, e a linha Vermelha, onde o orçamento, diria, que nós estaríamos nesse momento. Acumulado no ano, até três dias atrás. Estamos 19.840, o que está na LOA, aprovado, indicaria 22,5. Esse é um pedaço da diferença. Se eu tirar as receitas de capital, o vermelhinho fica 1bi acima do azul. Então ainda é uma diferença importante. Essa projeção que fizemos, no começo desse ano, já foi ajustada frente a LOA do ano passado.

Esse gráfico mostra a evolução do caixa do Tesouro, ao longo do ano, peguei 2014, a 2016, para não entrar em cena, peguei os três anos da última gestão. É assim, mais ou menos, que evolui o caixa do Tesouro. Ao seu comentário de que fazemos muito caixa, mas o normal da execução orçamentária do Município é acumular caixa até maio, junho, dar uma estabilizada até agosto, a partir de agosto, vem só pagar. E último trimestre, principalmente, dezembro que tem 13º aí ele vai lá para baixo. Em média de 14 a 16, o Município começa do ano com 500 milhões, vai até 4 bi, na metade do ano e termina o ano perto de 500 de novo. Mais ou menos.

- Fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Hoje estamos com menos do que isso. Mais ou menos perto dessa média, um pouquinho mais para baixo. Apenas para ilustrar um pouco essa sazonalidade ao longo do ano, acho importante esse comentário.

Aqui eu tenho um pouco mais aberto as despesas. Não quis colocar nos detalhes da apresentação formal, mas, por exemplo, se eu olhar, transferência para as OS, da Saúde, - aqui a quarta linha – estamos com um crescimento de 9,8. Custeio. Convênios da Educação, crescimento de 13,1. São aqueles gastos, que eu digo que foram aumentados ao longo do ano passado que eles sobem junto com a infração. Assistente social está bem parecido com ano passado. Em 2017, não houve aumento. Na Assistência Social, até abril, os gastos são

parecidos. É uma linha menor. Provavelmente isso deva se refletir um pouco mais a frente. pelo menos os números que nós levantamos.

No final se juntar todas as despesas, que estou chamando de despesas rígidas, que são mais ou menos 75%, elas crescem ao ritmo nos últimos anos todo, e esse inclusive, que é muito inercial, um ritmo bastante razoável: 13% ano passado, 9% esse ano, as outras empresas. O ônibus já subiu 23%. A compensação tarifária foi essa. A compensação tarifária acelerou muito ao longo do ano passado. O gasto mensal da compensação tarifária no começo de 2016, era bem mais baixa do que do final de 2016. Então isso reflete um pouco essa aceleração. Estamos trabalhando muito nas despesas rígidas, e aí surgiu um comentário sobre a capacidade de investimento. Onde vamos buscar a capacidade de investimentos? Com despesas rígidas que seja lá dois dígitos, de fato ela ocupa todo o espaço do orçamento. Temos duas ações importantes. Primeiro buscar gordura e ganho de eficiência nesses gastos, nunca reduzindo serviços, porque se gastam muito sensíveis, essenciais: saúde, educação, assistência social, mas tentar busca alguma racionalização para busca o espaço ali e estamos observando operações de credito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então não é real que caiu 7,2, o investimento na educação, na saúde, em custeio?

O SR. CAIO MEGALE – Em custeio não. Em investimento sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não construiu, não reformou. Ou seja, mas não deixou de comprar o remédio. É isso?

O SR. CAIO MEGALE – É isso mesmo. O que priorizamos nesse início? Manter as atividades. As OS, os remédios, o pagamento médico e deixamos um pouco mais para frente, conforme o orçamento ir se consolidando, as obras. Ai é um investimento, essa parte que está caindo da Saúde, é a parte de investimento que está começando a ser retomada a partir de agora.

Fiz alguns comentários sobre as despesas, na verdade, tanto as receitas de capital,

colocamos lá na frente, mais ou menos o seguinte: não vou desistir dessas receitas. Vamos continuar lutando por elas. Mas também não vamos gastar por conta. Mantém isso no cronograma.

Com relação ao PPI, aí tem muitos números que aparecem. Tem o PPI que está na LOA, ela tem uma previsão de PPI, acredito que seja de 1bi e 200, se não me engano.

(NÃO IDENTIFICADO) – A LOA é um 1bi e 900.

O SR. CAIO MEGALE – Tem o PPI novo e a receita de PPI, anteriores. Tem o PPI novo, acho que é 1bi e 200, mais 600, de PPI anteriores. A somatória de PPI dá isso. Esse 1bi que vereador mencionou, foi um número que, quando me perguntaram: “vem cá, qual sua expectativa?” Eu disse: olha, olhando para trás o melhor PPI deu perto de 1bi. A LOA tem um 1bi 200. Se der 1bi, vai ser legal. Vai ser bom. Estou satisfeito. Mas também não é uma previsão. É muito difícil com essa recessão, saber quanto vem do PPI. Também não estamos gastando por conta, mas estamos nos programando. A minha perspectiva é que se o PPI for aprovado e puder entrar em vigor meados de junho, que é mais ou menos a programação que temos. Na virada de junho para julho, no final de julho vamos ter uma fotografia de como se preparar para aquela descida do segundo semestre que é sazonal.

LDO, Essa é uma dificuldade de fato. Tem esse recurso em caixa, se usar esses recursos vai afetar o primário. Tradicionalmente não usa, mas queremos romper a tradição. Queremos usar. Forcei construir as obras da operação urbana, então fica uma coisa difícil de usar. Precisa ter uma meta mais baixa, se não usar, faz sentido ter uma meta maior mas não consigo dizer, a priori. A nossa intenção é utilizar e fazer os investimentos. Talvez uma saída seria explicitar isso, o superávit primário ex-receitas...

O SR. MARCOS CHUST – O que a gente acha, não é que não pode revisar a meta.

O SR. CAIO MEGALE – Não sei.

O SR. MARCOS CHUST – O que gente acha é que está havendo um certo exagero.

O SR. RICARDO NUNES – Marcos, como temos as Notas Taquigráficas, toda vez que for se manifestar, se puder falar no microfone, é que depois as Notas Taquigráficas vão anexadas.

O SR. MARCOS CHUST – Então, a questão é que a gente acha que está exagerado, não é que não pode revisar a meta, eu entendo isso. Eu também entendo que o superávit financeiro é sim um suporte para revisar a meta de resultado primário, mas me parece que o valor que está lá tira, na verdade, a hora que você aprova uma meta dessas, você tira o freio legal da execução orçamentária. Você diz assim: “Não, mas a gente vai economizar”. Eu sei, acredito nisso, mas acontece que a meta de resultado primário é um freio legal para a Prefeitura. Na hora que você retira esse freio e aí a preocupação é assim: nos últimos anos, a existência de déficits orçamentários não é exatamente uma questão muito grave, porque havia muito superávit financeiro. Também em recursos livres, lógico, mais vinculados, mas também livres.

O ano passado, a gente fez uma luta. No fim do ano realmente o superávit financeiro de recurso livre é muito reduzido, praticamente quase zero. Então, um déficit orçamentário esse ano notadamente em recurso livre é problemático. Essa é a avaliação.

O SR. CAIO MEGALE – Eu acho que talvez, primeiro sobre o freio legal da Lei de Responsabilidade Fiscal é mais do que bem-vindo. Ele, para mim, ajuda em meu trabalho. E segundo é... Por isso que eu acho que talvez nós possamos evoluir para ter uma meta de superávit primário, que desconsidere a execução de algumas receitas. Por exemplo, desconsidere operações urbanas. Daí você tem que atingir uma certa meta que está mais ligada à meta da execução orçamentária recorrente, que eu acho que é um pouco mais difícil do ponto de vista da transparência, porque tem uma metodologia para calcular o que é recorrente, mas ajuda do ponto de vista do que é de fato o esforço fiscal daquele período.

O SR. MARCOS CHUST – Quer dizer, a meta de resultado primário, quando é definida no orçamento - e o orçamento é equilibrado -, só depende da despesa com a dívida e das chamadas receitas financeiras. É só disso que ela depende, quer dizer, as outras receitas e as outras despesas, porque quando eu jogo uma receita, também joga a despesa de outro lado, porque a meta de resultado primário é uma diferença.

Então, é assim, não tem problema, quando você não arrecada, a Lei fala assim: se você deixou de arrecadar dois bilhões aqui, você para de gastar dois bilhões de outro lado, é só isso. Quer dizer, isso não afeta a meta. Agora, quando eu reduzo a meta, aí eu realmente

estou tirando o freio legal, porque a meta de resultado primário, inclusive, não é dividida nem em recurso livre e vinculado, é uma meta geral. Uma meta muito folgada pode, vamos dizer, legalizar um déficit orçamentário que a gente entende que nesse momento não é uma boa coisa. Quer dizer, nos outros anos havia realmente mais dinheiro em caixa, vamos dizer, que veio desde a época de 2014, lá atrás, quando a arrecadação estava muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Soninha vai falar?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Ainda não, mas acho que o Vereador Ricardo Nunes já tem algumas coisas a dizer? Porque eu também tenho algumas.

O SR. RICARDO NUNES – A minha observação é rápida. Mas, se quiser falar, Soninha, fique à vontade. Eu tenho algumas observações.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Secretário, o senhor já mencionou dois casos de despesa ou de gasto subestimado: o subsídio da tarifa, que foi orçado para esse ano muito menos do que já foi gasto no ano passado em relação à educação. Eu queria saber se em relação à saúde também tem despesas subestimadas no Orçamento desse ano.

Outra coisa, pode-se dizer que vão surtir um efeito significativo as ações referentes à nota fiscal paulistana e às *blitz*, que têm sido feitas em relação aos prestadores de serviço, que costumemente não emitiam a nota fiscal?

Sobre o IPVA, já se falou várias vezes em tentar instituir e tentar estabelecer formas de fiscalização para comprovar veículos licenciados em outros lugares, pelas frotas, frotas de locação, principalmente licenciadas em Curitiba, por exemplo, e circulando em São Paulo. Eu me lembro até de que na época em que o Prefeito Haddad extinguiu a inspeção veicular, ele falava sobre isso, tem veículo circulando aqui, mas a placa é de São Bernardo. Então, a pessoa fica desobrigada de fazer a inspeção, mas está poluindo aqui. Na época ele cogitou o leitor de placas para comprovar se o veículo circulou mais de 200 dias na Cidade, então isso configuraria um tipo de evasão.

Então, saber se isso já foi discutido do ponto de vista da viabilidade técnica mesmo de se fazer isso e se tem alguma estimativa de qual seria o impacto disso na transferência para o Município.

E também me apavora a despesa com inativos. Lembrando a assistência social, se não forem contratados novos servidores, daqui a dez anos, a assistência social terá 70 servidores. Ou seja, a gente vai ter um número muito grande de inativos e a necessidade de contratar, quer dizer, a gente tem uma defasagem de assistentes sociais de carreira. Tem um

concurso realizado e os aprovados não... Então, não sei nem se é uma pergunta ou se é uma lamentação em relação a isso, porque não consigo ver perspectiva de mudar isso. Como é que se lida com essa projeção? Onde estaremos no fim deste Governo e no começo do próximo em relação a esse impacto dos inativos, se tem essa projeção? Quer dizer, certamente tem, mas para tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Faço uma correção, foram 2% de diminuição do IPVA, o ICMS que foram 6%. Vou pedir também ao Secretário para, se puder, deixar essas contas abertas conosco. Você tem esse relatório para nos deixar? É importante para nós. Vereador Ricardo Nunes?

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado. Já discutimos bastante os termos técnicos e tudo, mas queria tentar fazer uma fala, Secretário Caio. O meu objetivo é acompanhar a evolução e possíveis correções, tendo em vista as demonstrações feitas pelo senhor.

Na sua apresentação, temos a questão do ITBI, em que em 2016 foi de 542 milhões e, em 2017, logicamente no primeiro quadrimestre, 500 milhões. Creio que tenhamos um potencial grande de arrecadação de ITBI, porque fizemos uma legislação aqui que alterou o ITBI de 2% para 3% e é muito comum escutarmos que muitos contratos estão ainda na gaveta e não fazem o registro, porque o ITBI subiu muito.

Queria compartilhar com o senhor, talvez não fosse o momento, já que ainda iremos votar o PPI, de colocarmos aqui uma situação transitória de redução de ITBI de 3% para 2% até dezembro desse ano somente ou novembro. Ou seja, ter ação, ter atitude e verificar o comportamento desse tributo, se podemos trazê-lo um pouco para a realidade, porque 3% realmente ficou muito alto, por conta da compensação do IPTU, daquele problema jurídico que houve na votação do aumento do IPTU na gestão passada.

Então, era essa a observação que queria fazer. Talvez pudéssemos – sei que o senhor veio da iniciativa privada e é muito fã também dessas iniciativas de tomar atitudes – trabalhar a questão do ITBI e ter uma melhora. O que apresentou também abaixo do ICMS, foi falado bastante do IPVA, fizemos algumas ações para trazer de volta o IPVA, que foi a questão do Controlar. Ou seja, a gente tem de sempre estar com ações para poder manter a receita. Alguns ambientalistas reclamam da questão do Controlar, mas numericamente ficou comprovado que não estava tendo benefício para o meio ambiente e para o Município, porque todo mundo estava emplacando os carros em outros Municípios. Vimos que essa ação, por exemplo, poderia estar bem pior e até a questão do IPVA. Era mais para exemplificar, que

detectada uma situação precisamos ter uma ação rápida.

E por falar em ação rápida, como saiu hoje a notícia da votação de ontem do veto com relação à cobrança do ISS de alguns setores, que passou, em vez do local da empresa, mas do local da prestação de serviço, queria atentar, Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Um momento, essa informação é importante, o veto foi em relação a se cobrar no local do exercício?

O SR. RICARDO NUNES – É, para alguns setores o ISS ia ser cobrado onde se presta o serviço. A legislação dizia que seria na sede da empresa e com a derrubada do veto, volta a prevalecer que o ISS tem de ser pago no local da prestação de serviço. Cheguei aqui feliz da vida e falei: “Caio, notícia boa hoje, não é?” E ele respondeu: “É, nós estamos assim”. Eu tinha um entendimento de que seria muito favorável a São Paulo, logicamente o Secretário tem mais informações, mas tem uma situação, Presidente Jair Tatto, votamos, em 2015, o Projeto de Lei 59, que virou a Lei 16.280 e o que é isso? Era a redução da alíquota de alguns setores de 5% para 2%.

Então, hoje, uma mobilização do Governo é bastante intensa aqui, o senhor se lembra disso. Parecia até que era algo do outro mundo, a hipertensa redução de ISS, nunca vi tanta gente andando nessa Câmara, foi uma pressão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Sim. O da Feira era pequeno, até a Secretaria de Finanças nos apresentou um relatório, o que não é comum, a justificativa da questão das feiras.

Mas, nesse caso específico, eu queria fazer a leitura da justificativa do Prefeito, que dizia o seguinte: “A primeira modificação consiste na redução da alíquota do ISS, de 5% para 2%, sobre os serviços de fornecimento e administração de vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte e similares, colimando estimular a instalação e o retorno de empresas do setor para o Município”. Ou seja, o objetivo da redução de ISS de 5% para 2% dessas empresas era de que as mesmas voltassem para o Município.

Então, só para pegar esse exemplo, Secretário, talvez pudéssemos aproveitar o PPI como matéria tributária, tendo em vista a alteração do veto ontem, a alteração da legislação e se pudéssemos rapidamente – tenho certeza de que esta comissão vai se empenhar nisso – já estabelecer algumas situações que melhorem as receitas para o Município nas questões de legislação de alíquotas de ISS, etc.

Meu outro comentário é com relação às despesas líquidas. O senhor fez uma apresentação aqui que eu até gostaria que o senhor disponibilizasse para nós; eu agradeceria.

Nas despesas correntes, a principal questão aqui é previdência e convênios. Só lembrando que o projeto de verificação da previdência, que chegou a esta Casa no ano passado, foi retirado em setembro, um pouquinho antes das eleições de outubro, e o mesmo projeto, sem mudar uma vírgula, uma linha, voltou em dezembro do ano passado. Temos que discutir isso, temos que ter coragem. Nós que somos pessoas públicas temos que ter coragem de dizer que não como continuar com 3,7 bilhões de deficit na previdência. Haverá movimentos que são contrários, mas não podemos ser irresponsáveis com a saúde financeira da Cidade.

Acho que o governo está demorando, já estamos em junho. É um governo que está preocupado, ainda mais a gestão do senhor, da qual sou fã número 1; mas temos que discutir a questão da previdência. O rapaz ali perguntou se se está esperando a questão federal. Mesmo que seja votada a reforma da previdência lá em Brasília, isso não vai afetar, já está definido que os Estados e municípios façam suas revisões de previdência. Isso é algo que precisamos ver.

Outra questão é a dos convênios. Estamos fazendo um trabalho aqui, Sr. Secretário, bastante importante: a análise de alguns contratos de locação. O governo acertou muito até agora, mas, (ininteligível) com aquela portaria dos 30%, que colocou de uma forma igual situações desiguais. Temos argumentado sobre algumas situações de diferenciação. Na última audiência pública que tivemos aqui, vieram muitos moradores do Jardim Lucélia. Vejo como é importante, Caio, observarmos isso. Eu já compartilhei isso com o Xexéu, com a Soninha e com o Jair. Estive antes de ontem no Jardim Lucélia para ver onde está sendo feita a tal da UBS do bairro. Só que ela não está sendo feita no bairro, está sendo feita no Jardim Ellus a 2km, 3km dali. O terreno é particular, o contrato de locação está sendo pago para um particular em uma rua que não passam dois carros; mas o pior de tudo isso é são os aumentos dos repasses da OS, que talvez precisemos corrigir. A Prefeitura pagou quase 700 mil reais

para fazer a reforma do prédio num terreno particular. É o fim da picada um negócio desses. Aí, no Jardim Lucélia, Sr. Secretário, fui à Prefeitura e levantei que há 2 terrenos da Prefeitura: um de 4 mil e poucos metros quadrados e outro, de 780 metros quadrados. Aí, foram fazer a construção em um terreno particular alugado com dinheiro público. Isso aí não tem choro, não tem vela; já estou preparando aqui uma representação ao Ministério Público para apurar improbidade e ressarcir o dinheiro aos cofres públicos. É uma irresponsabilidade quem fez uma coisa dessas.

Aí, me aprofundando, vi que foi feita a mesma coisa na UBS Vila da Paz. Quase 800 mil reais a Prefeitura gastou para reformar prédio particular, com aluguel de 19 mil reais. Foi feita a mesma coisa na UBS do Jardim Pedreira: 1 milhão, 530 mil reais para reformar um prédio, alugado por 64 mil reais por mês. Ou seja, a gente precisa tentar corrigir essas distorções de pegar o dinheiro público e fazer investimento em área privada.

Aproveito este momento para, tendo seu aval, compartilhar com os colegas da Comissão para que façamos a inclusão de um artigo na LDO para pormenorizar os gastos das OS, pois a gente não consegue achar isso. Está lá: “investimento para a UBS tal, 600 mil”, “Não sei quanto para a UBS tal”, e você não conseguimos achar no SOF para onde esse dinheiro está indo. Então, é preciso que os empenhos sejam feitos com a descrição por unidade. A gente precisa saber quanto está indo para UBS do bairro tal, para a outra UBS do bairro tal, para o pronto socorro do bairro tal para termos como fiscalizar. Se tivéssemos mecanismos de verificação desses recursos, isso não teria acontecido, nós teríamos identificado, e esse absurdo teria parado. Agora, já está lá o dinheiro, a construção com o dinheiro da Prefeitura, nesse mecanismo ilegal e imoral de se jogar o dinheiro na OS, contratando e construindo no terreno do particular. Essas questões (ininteligível) porque infelizmente há essas manobras.

Então, é para falar de um trabalho da Comissão, de verificação de um problema grave. Acho que era importante alertar o Governo, Secretário, para que não se permita essa

situação. Porque mesmo sendo da base, se se fizer isso, não abro mão da minha ação de fiscalização. Acho que, se mesmo com boas intenções, a gestão passada errou nisso, vão responder. E eu não vou deixar barato se se usar dinheiro público em área particular, seja do governo que for, mesmo eu fazendo parte da base. Pode ser que isso ainda esteja acontecendo, e é importante um alerta urgente – se estiver acontecendo – para parar. Isso é muito sério. Isso é muito sério.

Para melhorar essas despesas correntes, temos que ver a questão da previdência e ver essas questões dos recursos das OS, que temos recursos para poder melhorar essa gestão.

A questão dos inativos já foi falada, a Soninha comentou. Também não quero tomar muito tempo. Em síntese, eram essas as minhas observações, e mais uma vez, quero reiterar que o senhor tem sido um Secretário realmente excepcional. Foi uma grata surpresa para mim, como Vereador, e eu acho que também para esta Comissão, porque o senhor vem, esclarece, participa, e também sua equipe. Ontem estiveram aqui o Pedro e o Rafael, o Norberto está sempre aqui. Então, conseguimos ter um diálogo. O que o Vereador quer é trabalhar pela Cidade. Se ele não tiver uma integração com o Executivo, não consegue.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Reafirmo também as palavras do Vereador Ricardo Nunes. O senhor tem sido muito prestativo conosco. Se o Caio concluir em 10 minutos, não há necessidade de eu suspender para abrir a sessão ordinária. (Pausa)

O SR. CAIO MEGALE – Farei isso. Rápidos comentários, então. Não usarei todo esse tempo. Sobre os comentários da Soninha, primeiro sobre as fiscalizações e a nossa Nota do Milhão. São dois movimentos que têm dado bastantes bons resultados. A emissão de nota fiscal subiu 20% frente ao ano passado, nos meses de abril e maio. É uma resposta ao movimento da Nota do Milhão, que faz com que aumente o interesse das pessoas em emitirem notas e participarem do sorteio. Naturalmente como Nota do Milhão é mais voltada para pessoa física do que para pessoa jurídica, esse aumento de emissão de notas se dá mais em notas

pequenas – lavanderia, estacionamento – do que em grandes notas de prestação de serviços. Mas é sempre um movimento importante.

E as fiscalizações também têm sido bastante exitosas. Praticamente em todos os setores que fiscalizamos nós encontramos evasão, fraude, problemas; algumas empresas que faturas perto de 20 a 30 milhões de reais há muitos anos e nunca pagaram ISS para a cidade de São Paulo. Ou seja, estamos conseguindo melhorar essa questão. Estamos investindo bastante em outras tecnologias para melhorar a capacidade de fiscalização.

Infelizmente, o mês de maio não foi um bom mês para refletir essa melhora. A arrecadação de maio foi bastante fraca em ISS, porque maio reflete abril, e abril foi aquele mês cheio de feriado, pontos *etc.*. Então, não é uma boa base. Mas a arrecadação de junho, que irá refletir maio, será o momento em que pegaremos exatamente o efeito, em termos financeiros, dessas ações. Estou bastante otimista em relação a isso.

Com relação ao IPVA, uma boa notícia: nós assinamos convênio com o Estado, que fiscaliza e controla o IPVA, convênio Município-Estado-CET. A CET já disponibilizou todas as imagens de câmera que eles têm. Eles conseguem mapear todas as placas que rodam em São Paulo a cada momento. Essa é uma iniciativa do ex-Secretário de Finanças do Município, atual Secretário Adjunto do Estado, o Rogério Ceron. Ele vinha com essa ideia e a levou para o Estado, e andando bastante bem. O Hércio Tokeshi e eu anunciamos há pouco tempo esse convênio. Já estamos monitorando, já sabemos quais são os carros que estão rodando não licenciados em São Paulo. Como é um convênio com o Estado, a gente ainda não entrou em cidade por cidade; estamos entrando fora do Estado de São Paulo, dentro do Estado de São Paulo, mas já é um grande avanço. Provavelmente a partir do ano que vem essa fiscalização já vai resultar em multas e arrecadação financeira.

Com relação a inativos, previdência, o Vereador Ricardo Nunes também comentou aqui, nós estamos estudando. Fechamos convênio com a FIPE, que tem especialistas em previdência que vão mergulhar nos nossos números e nos ajudar a fazer um diagnóstico. Nós

temos um compromisso também com os servidores do Município de voltar e ampliar o diálogo sobre a questão da previdência. Foi uma das questões que eles apresentaram agora na renegociação salarial. Nós vamos discutir com os servidores também a reforma que está aqui, ajustes nessa reforma, a reforma do Governo Federal, que pode ser aplicada aos municípios. Na verdade, da maneira como ela está hoje, está mudando muito. Hoje é o seguinte: se for aprovado o Federal, o Município ou o Estado tem 6 meses para aprovar algo diferente. Senão, migra imediatamente para o sistema federal. Então, a reforma meio que acontece automaticamente. Então, há que se monitorar o que vai acontecer lá para ver qual será o impacto por aqui.

Em termos de alíquotas de imposto, acho que a gente tem que olhar com bastante critério, cuidado. Não é o momento de perder arrecadação com reduções de alíquotas. Então, temos que analisar cada uma das propostas com bastante critério.

Com relação às locações, tivemos bastante sucesso na renegociação, estamos tendo bastante sucesso na renegociação de aluguéis diretos da Prefeitura. Estamos fazendo isso na Fazenda. Negociamos 3, 4 aluguéis, grandes contratos por dia. Esses contratos vão se refletir em redução de gastos.

Estamos também preparando uma portaria, que devemos publicar no curto prazo – espero que amanhã ou depois –, com critérios de avaliação comparando com o VVR de cada imóvel, porque há contratos de locação que estão mais adequados, outros menos adequados. Isso endereça um pouco a questão sobre a base de comparação: não 30% para todos – aqueles que são conveniados à Prefeitura –, mas comparando com critérios objetivos, como o VVR, se está muito acima ou muito abaixo. Aí, tem-se uma base analítica melhor para negociação.

Todo e qualquer esforço que nos ajudem a identificar ineficiências nas grandes despesas da Prefeitura, e que nos ajudem a abrir espaço para investimento, será bem vindo. Temos uma preocupação bastante grande de manter a qualidade e a quantidade dos serviços,

mas há ineficiências em vários segmentos. Temos verificado alguns, vamos continuar procurando para ajustar e liberar espaço para que os investimentos sejam retomados de forma mais vigorosa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Secretário Caio. Registro a presença dos Vereadores Ota, Reginaldo Tripoli e Rodrigo Goulart.

Obrigado aos Srs. Ricardo Luiz Melão e Marcos Chust.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.
